

O autor da proposição sob comento se insurge contra o *prazo comum* deferido às partes e ao *Parquet* para aduzirem alegações finais, eis que tal inciso "caracteriza-se como infração ao princípio constitucional do contraditório, pois determina que o representado apresente suas alegações finais sem conhecer a manifestação formulada pelo autor e pelo Ministério Público".

Aduz o eminente Parlamentar, em socorro da iniciativa *sub examen*, manifestações da doutrina e da jurisprudência ressaltando a intocabilidade e imprescindibilidade do princípio da ampla defesa e do contraditório.

Para que tal garantia esteja presente na Lei Complementar 64/90, o nobre Deputado Gustavo Fruet propõe duas alterações no inciso X do art. 22, a saber: 1) a suspensão do vocábulo **comum**; 2) o acréscimo no final deste inciso da expressão "**observado o contraditório**".

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e de mérito da matéria em tela, **ex vi** do art. 32, III, **a** e **e**, do Regimento Interno.

A proposição sob análise está enumerada entre as de competência legislativa privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I), insere-se entre as atribuições do Congresso Nacional (CF, art. 48) e é legítima a iniciativa (CF, art. 61, *caput*).

Não se vislumbra, na espécie vertente, qualquer nódoa de inconstitucionalidade.

No plano jurídico, entanto, a proposição merece censura, **máxima concessa vênia**. De primeiro porque o vigente

inciso X do art. 22 da LC 64/90 não é inconstitucional porquanto não ofende o princípio da ampla defesa e do contraditório. Como se verá.

O caput do art. 22 da LC 64/90 prevê a hipótese de partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poder representar no juízo eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar ato indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

Nos incisos (I a XV) vem estabelecido o rito processual da ação de investigação judicial eleitoral em moldes semelhantes à sistemática processual civil: peça exordial, notificação da parte ex adversa, oferecimento de prazo para defesa (cinco dias), audiência para produção de prova e oportunidade para as alegações finais.

Note-se que o prazo de 2 (dois) dias para apresentação de alegações finais é oferecido **às partes e ao Ministério Público indistintamente**, sem discriminação.

Este proceder guarda simetria com o disposto no art. 454 e §§ do Código de Processo Civil: as alegações finais podem ser feitas oralmente finda a instrução ou substituindo-se esta forma pela apresentação de memoriais, quando a causa encerrar questões complexas de fato ou de direito.

A diferença entre o rito processual da LC 64/90 e o do CPC reside tão somente nos prazos, já que é típico do processo eleitoral a exigüidade temporal. Em ambos os casos, com efeito, não há que se falar em restrição ao direito de defesa ou ausência do contraditório. O rito é completo.

O certo é que os prazos processuais podem ser comuns ou particulares. São comuns os prazos destinados a todas as partes para a prática de determinados atos processuais, sendo exemplo disso o prazo para interposição de embargos declaratórios (CPC, art. 536). São particulares os prazos dirigidos a apenas uma das partes, como ocorre com a contestação.

No caso da investigação judicial eleitoral (LC 64/90, art. 22), de que trata esta matéria, é oferecido o prazo particular para apresentação de defesa (inciso I, letra a) e comum o prazo para o oferecimento de alegações finais (inciso X).

A distinção obedece à lógica processual. É que as alegações finais são produzidas após a dilação probatória, o que vale dizer que toda a prova já deve ter sido produzida, com a ciência às partes e ao Ministério Público. As alegações finais não são meio de defesa como a contestação o é. Tanto que a ausência das alegações finais não vicia o feito, desde que concedida a sua oportunidade, e é até possível que não influencie o próprio julgamento.

Diante destas considerações, é imperioso dizer que a concessão de prazo comum na fase de alegações finais no processo de investigação judicial eleitoral não importa em ofensa ao princípio da ampla defesa (CF, art. 5º, LV) e do contraditório.

Quando o processo é conduzido dialeticamente, em que cada parte exerce a oportunidade de apresentar suas razões e provas, está presente o princípio do contraditório e assegurada a ampla defesa. A igualdade entre as partes - *par conditio* - afasta a sugestão de violação a este princípio.

No tocante à inclusão da expressão "observado o contraditório" no final do inciso X do art. 22 da LC 64/90, é de se considerar despicienda a ressalva, dès que tal princípio é inerente ao caráter contencioso do processo judicial e estendido ao processo administrativo.

No que respeita ao mérito, desmerece acolhida a proposição em trâmite ante as razões já expendidas, ressalvada a boa intenção da iniciativa. A técnica legislativa não comporta reparo.

Assim, voto pela constitucionalidade, injuridicidade, boa técnica legislativa e , no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2000.

Deputado **INALDO LEITÃO**

RELATOR